

ACTA Nº1/2012  
Aprovada em 1/3/2012

**ATA DA PRIMEIRA SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA  
EM DEZASSETE DE JANEIRO DE DOIS  
MIL E DOZE**

No dia dezassete de Janeiro de dois mil e doze, teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra, a primeira sessão ordinária de 2012 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos: com o seguinte ponto único:

**-Projecto de Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reconversão Urbanística da Área afecta à candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da UNESCO, incluindo a Zona de Protecção - Ponderação dos resultados do período de discussão pública a proposta de aprovação**

**Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:**

**Da Bancada “Por Coimbra” (PPD/PSD-CDS/PP-PPM):**

Manuel Carlos Lopes Porto, António Maló de Abreu, Miguel Jorge Pignatelli Ataíde Queiroz, Anabela Ponces Ferraz de Almeida Correia, Carlos Alberto Nunes da Silva, Vasco Jorge Antunes da Cunha, António Moisés Geraldês da Silva, Olinda Maria Martinho Gonçalves Sousa Rio, João Francisco Lencastre Campos, Joana Margarida Alves Martins, Filipe Alexandre Carrito Fernandes Vítor, Miguel José Ferros Reis da Fonseca e Paulo Luís Cunha Almeida.

Faltou justificadamente a deputada Maria Helena Brandão Moura Ramos.

**Presidentes de Junta:** Vitor Manuel Martins Costa, Carlos Miguel Matias Lopes, José Manuel Nunes Filipe, José Luís Antunes Vicente, Emília Filomena Semedo Teixeira Santos, José Augusto Silva Simão, António Pinto dos Santos, Francisco Correia de Figueiredo Andrade, Manuel Joaquim Bera Peixoto Ferreira, Antonino de Moura Antunes, Hélio Sérgio Soares Paulino, Helder Rodrigues de Abreu, João Oliveira Torres Pardal, Ricardo Luís Rodrigues e Artur Jorge Cunha Ferreira.

**Da Bancada do Partido Socialista (PS):**

Isabel Maria Guerreiro Nobre Vargues, Jorge Manuel Monteiro Lemos, José Manuel Ferreira da Silva, André Luís Serra de Oliveira, José Manuel Gonçalves da Silva, Maria do Céu Grácio Zambujo Fialho, Mário António dos Santos Carvalho, Carlos Rogério Antunes Pinto, António José Costa Sequeira, Ana Paula Soares Pinto Bravo, e Horácio José da Paz Santiago.

**Presidentes de Juntas de Freguesia:** Diamantino Jorge, Manuel Lucas Correia de Oliveira, Júlio da Costa Retroz, Nuno Filipe Reis da Silva, Arménio Manuel Nabo Ferraz, José Carlos Santos Clemente, Jorge Manuel da Costa Veloso, José António Marques Cortesão e Fernando Manuel Sousa Pardal.

Faltaram justificadamente os deputados André Gonçalo Dias Pereira e Manuel Veloso da Costa.

**Da Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU):**

João Carlos Pinto Ângelo, Isabel Margarida da Silva Fonseca, e Maria Isabel Silva Pimenta.

**Presidentes de Juntas de Freguesia:** Jorge Espírito Santo Mendes, Carlos Alberto Sousa Ferreira, Vitor Manuel Alves Carvalho, José Luís Faria Pimenta e Firmino Vitor.

Faltou justificadamente o deputado Fernando Jaime Alves Dias Martinho

**Da Bancada do Bloco de Esquerda (BE):**

Serafim José dos Santos Duarte e José João Jorge Mendes Lucas.

**"Pina Prata, Agora Sim":**

Faltou justificadamente o deputado José Manuel Torres Farinha

**Presenças da Câmara Municipal**

Além do Presidente da Câmara João Paulo Lima Barbosa de Melo estiveram presentes os vereadores Maria José Azevedo Santos, Paulo Jorge Carvalho Leitão, Álvaro Jorge Maia Seco, Carlos Manuel Dias Cidade, António Manuel Vilhena, João Pedro Fernandes Trovão e Francisco José Pina Queirós.

**Mesa:**

Presidiu a sessão Manuel Carlos Lopes Porto que foi secretariado por Francisco Figueiredo Andrade, como Primeiro Secretário e Anabela Ponces Ferraz de Almeida Correia como Segunda Secretária.

O Presidente da Mesa da Assembleia iniciou a sessão quando eram dezoito horas e trinta minutos.

Deputado municipal Fernando Luís Almeida Torres Marinho, pelo período de 2 dias com início a 16 do corrente mês;

Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (PS), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição Ana Paula Soares Pinto Bravo.

Deputada municipal Milene Catarina Pereira Cunha, pelo período de 3 dias com início a 16 do corrente mês;

Nos termos do nº1 art.º79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (PS), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição Horácio José da Paz Santiago.

Nos termos da alínea c) do artigo 38º da Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Junta de Freguesia de Assafarge, apresentou um requerimento à Assembleia Municipal no sentido de ser substituído pelo Secretário do Executivo da Junta – Manuel Lucas Correia de Oliveira nos termos do mesmo diploma.

Atendendo ao tema a tratar nesta sessão extraordinária foram convidados para estarem presente a senhora vice-reitora da Universidade da Universidade de Coimbra Dra Clara Almeida Santos e o Sr Arqtº Ribeiro Lopes

#### **Intervenção do Presidente da Mesa da Assembleia:**

"Quero desejar a todos um Bom Ano, quero saudar a vice-reitora da Universidade que nos dá o gosto de estar aqui presente, tendo em conta o ponto a tratar e há um entendimento até pela importância do tema, que passamos de imediato ao que está agendado.

Este assunto é o Projecto de Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reconversão Urbanística da Área afecta à candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da UNESCO."

#### **Intervenção do Presidente da Câmara:**

"Quero saudar todos os presentes e desejar a todos um Bom Ano.

Dizer o seguinte, é com gosto que estamos aqui nesta Assembleia Municipal extraordinária, no fim de um processo que foi atribulado, longo, mas que foi também exemplar de relacionamento entre a Universidade de Coimbra e a sua Cidade.

Era isso que queria aqui dizer e facto, desta vez foi feito pelas duas partes um trabalho conjunto longo nos últimos meses, que culmina neste plano de gestão da candidatura que é uma peça fundamental, que fará parte do dossier de candidatura que vai ser assinado pelo Estado Português daqui a alguns dias. E é exactamente porque isto tinha de estar pronto, quando fosse essa assinatura no dia 20 de Janeiro, e por isso, pedi ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que convocasse esta Assembleia Municipal extraordinária só com este ponto de trabalhos, porque naturalmente este regulamento sendo um regulamento tem de vir à Assembleia Municipal.

É escusado dizer a importância que tem a Candidatura da Universidade de Coimbra, a Património da Humanidade. Nós não queremos ser Património da Humanidade, nós queremos ser reconhecidos como Património da Humanidade, e que indubitavelmente já o somos, a Universidade já é Património da Humanidade queremos agora apenas que a UNESCO o reconheça.

Esse reconhecimento, além do prestígio que trás à Cidade e à Universidade de Coimbra, contribuirá de certo para um grande incremento de número de visitantes à nossa Cidade e do tempo que esses visitantes passam na nossa Cidade.

Este plano de gestão da candidatura, sendo uma peça fundamental para que isso aconteça, vai a senhora vice-reitora explicar o ponto da situação e vai ser

apresentado com uma pequena projecção o detalha possível a uma sessão deste tipo."

**Intervenção da sra. vice-reitora dra. Clara Almeida Santos:**

"Queria agradecer a oportunidade de estar presente nesta Assembleia Municipal, fazer um brevíssimo ponto de situação daquilo que é o processo de candidatura Universidade, Alta e Sofia, é esta a designação oficial da candidatura, a Património Mundial da UNESCO.

Como o sr. Presidente da Câmara acabou de dizer, de facto, este momento marca o final de uma etapa muito importante do processo de candidatura.

No dia 20 de Janeiro, será formalizada a assinatura pelo Estado Português, da candidatura a Património Mundial da UNESCO, sendo que estamos a cumprir também, um prazo imposto pela própria UNESCO, que termina a 1 de Fevereiro, para a apresentação do dossier definitivo da candidatura.

Como poderão saber a Universidade de Coimbra está desde 2004, na lista indicativa da UNESCO; é uma lista que os estados membros apresentam junto da UNESCO. Não começou agora, estamos em 2012, estamos na lista indicativa desde 2004, não é uma situação também anómala, poderão ver através da consulta da lista indicativa, que há inclusivamente candidaturas de Portugal que estão nessa lista indicativa há bastante mais tempo. Portanto é um processo moroso, a candidatura consiste em sete livros, mil e quinhentas páginas, que explicam os motivos claros e que gostaríamos de ver e deixar Coimbra reconhecida como Património Mundial da UNESCO.

O que se segue e penso que é o mais importante salientar, neste momento, é a avaliação por parte de técnicos da UNESCO daquilo que é feito no próprio terreno. Portanto, depois da entrega definitiva do dossier na sede da UNESCO em Paris, haverá um período em que a Universidade, a Câmara, a Delegação de Cultura do Centro e a Sociedade de Reabilitação Urbana, são as quatro entidades juntas numa associação que foi constituída em 29 de Dezembro, que se chama "Associação Rua" criada para Universidade/Alta/Sofia farão, de facto, todos os esforços para promover esta campanha, sobretudo junto da população de Coimbra, para que se torne conhecida e querida de todos e também junto da população nacional; para preparar a vinda dos técnicos provavelmente entre setembro e outubro de 2012, para os técnicos da UNESCO para avaliar o que é que foi feito no terreno, com as pessoas que conhecem a candidatura.

Portanto, viemos apelar ao contributo de todos e muito particularmente pedir o apoio dos Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia, sobretudo, daquelas que estão na área que é candidata como S: Bartolomeu, Almedina, Santa Cruz e Sé Nova, para que, connosco promovam esta candidatura e nos ajudem no meio da comunicação, na divulgação junto das pessoas, que não estejam alheias e que percebam que tendo a Universidade, a Alta e a Sofia reconhecidas como Património, trás benefícios a todos. Desde logo, que as pessoas se orgulhem de viver numa zona como Património Mundial da UNESCO e que possa trazer mais gente a Coimbra, para não ser um local onde se passa duas horas, porque é o que o tipo de turista isso faz, mas que possa pernoitar uma ou duas noite e que usufrua o que esta cidade tem para oferecer.

Portanto, era pedir este apoio a todos, o vosso empenho o compromisso da candidatura, não é uma candidatura da Universidade nem sequer é uma

candidatura da Cidade é uma candidatura nacional, é assim que ela é apresentada junto da UNESCO, e daí a formalização da assinatura do senhor Secretário de Estado da Cultura no próximo dia 20 de Janeiro e para a qual convido todos a estarem presentes, às 11h30m na Biblioteca Joanina, onde serão todos bem vindos a essa sessão de assinatura."

### **Intervenção do Arquiteto Nuno Ribeiro Lopes:**

"Muito obrigada pelo convite que me formularam para poder apresentar aqui a Candidatura e para poder explicar o que fôr preciso sobre o Regulamento que estará na vossa apreciação.

Fala-se muito em candidatura a Património Mundial, de que muitas vezes pensa-se que qualquer sítio, qualquer bem pode ser Património Mundial.

É um privilégio pertencer a este grupo a Património Mundial, muitos querem ser, obviamente, poucos se conseguem, felizmente, porque significa também uma solução, uma situação ímpar normalmente são bens de excelência, e que passam a ter, digamos, não a pertença dos próprios cidadãos dos locais mas, passam a pertencer, digamos, à Humanidade. Portanto, sobre isto significa em primeiro lugar, que todo este processo passa a ser controlado, teoricamente, pela Humanidade.

Portanto, a primeira questão que surgiu em relação a Universidade, foi exatamente uma noção que a Universidade tinha que se abrir a si mesma, digamos tinha que se abrir à comunidade local, à comunidade nacional e à comunidade internacional. Por isso tem de ser conhecida, tem de ser transparente, tem de se transformar porque, como sabem ao longo destes anos todos as Universidades apesar de tudo digamos são instituições muito viradas a si mesmas, para o ensino de com determinados objetivos. Hoje em dia os paradigmas da Universidade são diferentes daqueles que eram há muitos anos atrás. A Universidade já teve esse papel universal, quando acompanhou a História Portuguesa nomeadamente na expansão marítima além-mar. Os tempos após 25 de Abril fizeram-na denegrir a um conhecimento e de universalidade, passou a ter uma dimensão mais regional. Portanto, esta última mudança, que se está a efectuar e esta candidatura veio essencialmente provocar uma discussão sobre a própria Universidade no fundo uma discussão sobre a própria Cidade, qual o papel da Universidade e da Cidade no desenvolvimento económico cultural do País e porque é que recorreu.

Esta oportunidade de fazer uma candidatura, não é só apresentar um dossier, a maior parte das pessoas pensam que é juntar fazer um livro, como a Sra. Vice Reitora já o disse, é um dossier constituído por sete volumes, bastante extenso, cerca de mil e quinhentas páginas ou mais, mas este dossier representa, 7/8 anos de estudos, 7/8 anos de trabalho, em que no fundo se definiram uma estratégia, a Universidade teve que discutir o que pretende ser no futuro e como é que se integra nesta região, e ao mesmo tempo como é que a Cidade e a Universidade dialogam entre si para o progresso e futuro.

Estas são as principais questões, o porque de nos candidatamos o que nos vamos candidatar, e não estamos a candidatar a Universidade, os seus edifícios físicos, embora a candidatura seja material, tem de ser reportada a edifícios, digamos a bens físicos não é só material tem componentes materiais mas, digamos que estamos tentar a candidatar é a história da Universidade, a história da Universidade é um pouco a história de Portugal. A Universidade foi a única

Universidade que ao longo destes séculos todos, até ao princípio do século XX, e portanto no fundo quando candidatamos a Universidade candidatamos também a história de Portugal. Esta dimensão universal, no fundo é que nós queremos ser reconhecidos, como foi e queremos ser reconhecidos nos próximos tempos.

Isto significa, que, isto é exatamente um contrate para o futuro, à uma responsabilidade no fundo de todos nos em primeiro lugar do Estado Português, obviamente da candidatura nacional e em último digamos o mais importante, quando digo último quero dizer o mais restrito, digamos no fundo dos habitantes do sítio, os utentes directos do bem, e nesta medida, o fazer o regulamento e definir as regras do jogo, digamos definir plano de gestão como é que as instituições todas juntas se vão organizar para levar este processo para a frente. Esse é o papel fundamental que essa comunidade tem, e que joga neste momento, digamos um compromisso e um contrato ou definir determinados regulamentos que são aprovadas determinadas regras, estar a propor à UNESCO um contrato de execução. De execução física, de execução de co-habitação, digamos assim, entre as diferentes instituições para que este bem possa ser acessível a toda a gente e a uma comunidade digamos a nível mundial.

Os aspectos fundamentais que foram classificados desde 1974, neste momento só um é que apresentou a candidatura, a Universidade será a segunda a apresentar e vai-se candidatar por quatro itens, os quais três são basicamente materiais e um imaterial, embora o terceiro critério, seja também com alguma componente imaterial.

No fundo estamos a classificar edifícios, praxes, alguns hábitos, a canção de Coimbra, todos estes testemunhos materiais e imateriais que constituíram a história da Universidade.

A zona candidata e que influencia obviamente o regulamento que vamos ver, foi como é que chegamos a este processo de limitação da zona, que é uma das principais fontes. No fundo fomos somando ao longo da história por onde a Universidade tinha passado, quais edifícios tinha ocupado, e fomos sobrepondo, estas mesmas localizações, até chegarmos a uma planta global onde todas as épocas estão representadas e nós dividimos obviamente por questões de eficiência ou de eficácia, da História em diferente épocas e chegamos ao tal território que está identificada por amarelo, nós propomos a classificação auto Universitária e Sofia, e amarelo mais claro, uma zona de protecção denominada zona tampão.

Não há candidatura da Universidade sem Cidade, a Universidade está num campus exterior à Cidade, faz parte da Cidade, definiu conjuntamente com a cidade a sua evolução de uma e de outra, e portanto a Universidade não se pode candidatar sem a Cidade.

O que é que significa candidatar com a cidade, significa que nós não podemos fazer um programa de ação para a Universidade sem fazer um programa de ação para a Cidade e os dois tem que estar em conjunto.

Portanto, foi apresentado nesta Câmara um plano de gestão que define uma série de ações nos próximos 5/10 anos periodicamente são revistos, digamos há um horizonte de 30 que aparecem neste planos, mas de 5 em 5 anos há uma revisão em função da monitorização que foi feita das evoluções ou não evoluções sobre esse sistema.

Os planos de gestão são princípios definidores daquilo que se pretende fazer, são ações estratégicas que ficam já pré definidas, que depois os diferentes executivos,

as diferentes administrações da própria Universidade irão levar a cabo obviamente com adaptações à realidade da altura.

Há obviamente toda uma campanha que é preciso passar a outro nível, que foi a parte menor até agora, que é um processo de informação e de divulgação, está na altura acabado o dossier e entregue o dossier na UNESCO, está na altura de fazer uma série de ações de formação, de divulgação e criar também uma nova maneira de olhar para a Cidade sobre aquilo que é o antigo que normalmente é muito recusado, que tem associado o velho, tem associado as más condições de habitabilidade, tem associado várias memórias muitas vezes negativas, e isso não é verdade! Não podemos associar o antigo, às más memórias, o antigo pode ser tão bom, como o novo ou até melhor, tem identidade tem história, dizem-nos mais coisas que as coisas novas que é feita de raiz desde que consiga fornecer os mesmos níveis de conforto, os mesmos níveis de qualidade que qualquer habitação nova que qualquer espaço novo consiga também dar.

Portanto é este o desafio de fazermos uma cidade nova, digamos dentro de um casco antigo, renovável todos os dias dentro de uma regras que não significa derrubar a cidade, ou abandonar a cidade.

O desafio da candidatura, no fundo é aquilo que se pretende que as pessoas se sensibilizem num tempo em que não há muito dinheiro para fazer de novo.

Está na altura de começarmos a pensar o que vamos fazer com tantas casas e algumas, quando falamos de requalificação não falamos só de requalificação das casas da idade média ou do século XIX, qualquer dia estamos a falar das casas do século XX, 1960 a 1980 em que o processo de construção naturalmente não foi o melhor, a degradação destas construções vai acontecer e elas também fazem parte de história e já do Centro Histórico, boas ou más já fazem parte.

Portanto o nosso papel é um papel de chamarmos a atenção, para o que melhor temos e também assumir que damos erros e tentarmos fazer uma proposta de correcção e emendar o percurso emendar a mão digamos em muitas situações. Noutras obviamente continuamos a fazer bem. Isto digamos é o dossier de candidatura tem essa responsabilidade, e portanto mais do que, fazer um dossier como vos disse é reflectir sobre uma situação e no fundo reflectir o que queremos fazer no futuro."

### **Intervenção do Presidente de Junta de S. Bartolomeu:**

"Recebemos na Junta de Freguesia este documento foi analisado, estudado.

Mas gostaria aqui de colocar algumas considerações e até mesmo perguntar sobre algumas matérias que estão no documento.

Começo desde logo ao ler o documento, ficar triste porque das entidades convidadas a debruçarem-se sobre o documento não encontrei a Associação Comercial e Industrial de Coimbra, quando efectivamente há questões que são ligadas ao comércio e portanto à Baixa no seu todo.

Convidaram-se bastantes entidades mas esta pela sua situação talvez tivesse caído no esquecimento.

Gostaria de pedir alguma informação, porque dele não consta que é tão só a questão na página 9, no artigo 6º em que diz o seguinte:

*“é proibida a alteração de estabelecimento de comercio e de restauração ou bebidas para outros fins distintos nas áreas exclusivamente pedonais”.*

Bom! aqui reside o problema, o que é que a pessoa que elaborou este documento entende efectivamente por áreas exclusivamente pedonal. Pergunto, as ruas Ferreira Borges, Visconde Luz, Adelino Veiga entre outras é exclusivamente pedonal ou não? Parece-me que aqui há alguma dificuldade de interpretação.

Por outro lado, fala-se nos estabelecimentos comerciais, restauração e bebidas e pergunto e os serviços? concretamente um cabeleireiro, uma oficina de sapataria, não é comércio?

Portanto, penso que aqui, esta questão não se vê, não se lê ou então foi por esquecimento, ou então interpretaram que um salão de cabeleireiro a funcionar num rés do chão, existe alguns ou de barbeiro, será classificado como um vão de comércio?

Não me parece que esteja correta esta definição.

Uma outra questão, tem a ver com a manutenção e conservação das cantarias e dos edifícios que possam ser objeto de obra.

Queria saber também e se me esclareceriam o seguinte:

Quem é que compete a análise de alteração desses elementos que sejam susceptíveis de carecer de obra de remodelação, porque na página 7 na alínea i) diz em determinado passo, “*admitindo-se outros que sejam compatíveis com os mesmos*” quem é que define este critério de compatibilidade com os outros materiais?

São estas questões que espero que me expliquem."

### **Intervenção do Director Municipal da Administração do Território:**

"Tínhamos previsto uma apresentação genérica sobre o regulamento e depois eu propunha que respondessemos a perguntas concretas, certamente haverá mais intervenções, e portanto responderemos às perguntas em concreto sobre aspectos circunstanciados no regulamento.

O regulamento ainda é um projecto, espera-se que hoje deixe de ser projecto e ser regulamento, tem como pano de fundo esta candidatura da Universidade a Património Mundial, já consta neste momento como já vimos da lista indicativa, de várias suscetíveis de virem a ser integrados, e a Candidatura obriga a uma intervenção sobre as áreas candidatas e zona de protecção recebido da vocação dos edifícios e dos espaços e novas intervenções sobre o património e em envolvente, o que obriga a forma de repensar e por os habitantes também a pensar todo o testemunho desta área e o tempo e a forma dos processos em evolução e transformação.

No âmbito desta candidatura a colaboração entre a Universidade de Coimbra e o Município teve em especial as seguintes linhas de actuação:

-Criação de uma Associação, como já foi referenciado, ela foi constituída no final de Dezembro e tem esse nome simbólico de ruas, significa apoiar a Cidade Auto-Sofia e foi constituída entre a Universidade de Coimbra, o Município de Coimbra a Direcção Regional da Cultura do Centro e a Sociedade de Reabilitação Urbana Coimbra Vita.

-Um segundo vetor, seria a colaboração dos projetos de reabilitação da área candidata. Também o município nesta matéria já fez o seu trabalho de casa, aprovando na última Assembleia Municipal do ano anterior, o seu contributo do plano plurianual para o designado plano de gestão.



Uma outra linha que iremos investir, já estivemos a trabalhar nessa matéria, agora sim, será a candidatura formalmente entregue em Paris, na UNESCO, investir na comunicação institucional da candidatura, e encontra-se em preparação um conjunto de projetos neste segmento.

Finalmente, a aprovação de um regulamento que terá que ser municipal pelas competências que o Município tem nesta matéria, que diga respeito aos aspectos de edificação e recuperação e de reconversão urbanística da área afeta à candidatura.

A área é esta, definida por aviso em Diário da República, dentro desta área distingue-se a zona da Alta, a zona da Sofia e uma zona tampão, ou uma zona de protecção.

O objectivo fundamental deste regulamento, é que, ele constitua, abranja, esta área classificada, de zona tampão ou zona de protecção e assegure as áreas essenciais de intervenção, de reabilitação e salvaguarda dos bens a defender e a valorizar. O que significa em simultâneo, que tem de ser um regulamento suficientemente defensivo dos valores que devemos salvaguardar e desafiando para a revitalização da área sobre a qual ele intervém; e é no equilíbrio destes valores que está a dificuldade de elaborar um regulamento pertinente, e de facto não inviabilize e não estrague.

Os objetivos gerais do regulamento constam do seu próprio texto. Sempre com a ênfase nas pessoas, é um regulamento a pensar nas pessoas, a revitalização das funções residenciais, na melhoria das condições de habitabilidade, um conjunto de outros princípios, que aliás, não são princípios que tenhamos inventado, mais não fizemos nesta matéria do que seguir as indicações internacionais, para a conservação e a revitalização dos centros históricos.

O zonamento para efeito do regulamento distingue 3 zonas no essencial. A zona da Alta e da rua da Sofia, constituem o coração da candidatura; depois uma sub posição com a área crítica do Centro Histórico, que aliás já dispunha de um regulamento, o qual com a aprovação deste, ficará substituído; e depois de uma zona 3, onde há a tal zona de protecção ou zona de tampão."

A segunda parte da intervenção do Diretor Municipal da Administração do Território foi exaustiva e meramente técnica visando informar e esclarecer as perguntas dos senhores deputados.

#### **Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):**

"Quero dizer que o Partido Socialista, está decisivo e convictamente de acordo com a candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da UNESCO.

Aliás, ou não tivesse o Partido Socialista, cuidado de ter uma pessoa directamente ligada à Universidade, recorde a nossa anterior líder, Helena Freitas, ou não tivesse também no seu executivo camarário um homem virado à cultura, António Viena. Isso é prova cabal que o Partido Socialista está com a candidatura da Universidade de Coimbra, a Património Mundial da UNESCO.

Por isso, quero também fazer um elogio, finalmente ao fim de tanto tempo chegamos aqui com um regulamento que obedece a todos os conhecimentos que a Lei nos exige, para termos um regulamento para a nossa Cidade, democraticamente eleito aqui por esta Assembleia.

Não raras foram as vezes, que aqui vim produzir palavra, que vou recordar. Devem estar todas em atas. É sabido que os regulamentos se destinam produzir efeitos em relação a outras pessoas colectivas ou em relação a particulares como é o caso, devem respeitar uma fase experimental relativa a sua aprovação, refiro-me ao artigo 118º do Código de Procedimento Administrativo, que manda submeter à apreciação pública para recolha de sugestões, o projecto de regulamento uma emanação clara do princípio da colaboração da administração com os particulares. É por isso também que o artigo 91º da Lei das Autarquias e das Competências, ordena que as deliberações dos órgãos autárquicos para terem eficácia externa sejam publicadas em edital. Só com essa publicação, só com essa nota pública para recolha de sugestões poderá respeitar o procedimento legalmente exigido. Creio desde que estou aqui, que nenhum veio como este, nenhum respeitou estes procedimentos.

Efectivamente neste regulamento aqui o senhor Director Municipal do Território, José Cardoso já teve o cuidado de dizer que efectivamente fez uma publicação de edital, fez um convite às entidades para se pronunciarem, lamento que a ACIC não o tenha sido enquanto representante do Comércio e da Industria da nossa Cidade. Não ficava nada mal e concerteza os representantes do Comércio e da Industria, bem sabiam desse regulamento, mas também não ficava nada mal, ficasse em pé de igualdade, com os mais convidados, como alias também a ordem em que me entrego a ordem dos Advogados.

Foi feita a publicação do projeto do regulamento, foi feito um ofício às Juntas de Freguesia, foi posta a data e o anúncio da data da discussão. E depois ainda nos é feita uma análise, com os contributos prestados. Acho muito bem, correto só tenho que dar os aplausos a quem desta vez, assim elaborou este regulamento que nos trazem aqui ao nosso conhecimento.

Relativamente ao seu conteúdo, apenas duas notas, muito ligeiras e muito suaves. O meu amigo e camarada Carlos Clemente, deputado municipal já aqui se referiu, ao artigo 6º relativamente à alínea d) do nº 1, chamo a atenção que a redacção que cá está talvez não tenha mesmo traduzido qual foi o pensamento do autor do texto.

Penso que ele não queria dizer o que está aqui. Ou seja, o que está aqui é isto:

O que está aqui para café, é para café, não mais pode ser alterado. O que está para pastelaria é para pastelaria, nada mais pode ser alterado. Penso que não foi bem isto que se quis dizer, esta redacção parece-me a mim que é demasiadamente estática e não permite de facto, penso eu, de levar a água ao moinho no desenvolvimento da nossa Baixa, com respeito absoluto pelo património...

O que cá está escrito, vou ler é tão simples a sim:

Não é nenhuma crítica, estou a fazer uma construção para melhor redacção possível.

“É proibida a alteração de estabelecimento de comércio e de restauração ou bebidas para outros fins distintos de qualquer um destes nas áreas exclusivamente pedonais que venham a ser definidas”.

Portanto, parece-me a mim de uma leitura simples, que não é proibida qualquer alteração, eu sugeria uma outra operação, que parece-me que nada disto proíbe e que diria de uma forma mais simples, talvez a sim:

“É proibida a alteração da utilização dos espaços dos edifícios, sítos ao nível do rés-chão, para os fins que não sejam para exercício do comércio, ou da actividade

de restauração bebidas ou serviços” ou seja dito de outra maneira, suponhamos um café, poderia ser alterada para outra actividade que não fosse da restauração, ou invés também suponhamos um estabelecimento de venda lanifícios, poderia muito bem ser alterado para um café, um serviço de restauração, porque a rapaziada da Alta muita vezes debate-se com falta desses estabelecimentos de restauração e bebidas em zonas privilegiadas da nossa zona histórica.

Daí que eu pedia a ponderação ao autor do regulamento, para com clama sintonizar este pormenor que me parece um pouco pertinente.

Já agora também, mais dois pormenores.

Para nós este regulamento, efectivamente destina se à preservação à integridade desse património histórico, portanto quanto melhor preservado, quanto melhor estiver melhor. Só que, casos há, ou melhor ele não pode ir tão longe, chamamos assim no nosso entendimento, que ele seja de alguma maneira um entrave ao desenvolvimento económico, ou que de alguma maneira imponha também em sacrifícios suportados com encargos de um aumento na reabilitação urbana e de alguma maneira, a possa desencorajar, temos que muitas vezes ter presente que às vezes há escassez de determinados materiais, tradicionais e não podemos de forma alguma criar, ou odiar aqueles que não tem condições ou para que a Baixa ou a parte da zona histórica se sinta também, mais despovoado. Porque também é preservar um pouco o património, toda a gente porque era tradição haver gente, Parece-me que aqui, às vezes há normas que poderiam ser, menos proibitivas e mais permissíveis. Refiro-me concretamente aonde no relatório diz, “sendo obrigatório a utilização de madeira pintada”. Eu escreveria de outra maneira e deixava mais a interprete a apreciação disso, eu escreveria talvez assim “ só não poder ser utilizada a madeira pintada caso constitua uma situação de dissonância ao conjunto existente”, que está utilizado no regulamento, ou na mesma maneira de uma outra passagem, onde diz, “em madeira pintada” eu diria, “preponderantemente de madeira pintada” são este pormenores que eu deixo, à Assembleia e ao autor do regulamento.

### **Intervenção do deputado municipal José Lucas (BE):**

“O Bloco de Esquerda congratula-se com a aprovação deste regulamento de edificação e recuperação e reconversão urbanística, desta área tão importante da nossa cidade.

O processo de consulta também merece a nossa aprovação, embora se possa admitir que tenha sido realmente curto, mas foi o possível, os contributos, não foram todos convergentes, e no nosso entendimento terão sido, quer contra as matérias, quer contra a forma de as abordar, de profundidade desigual, mas isto faz parte de qualquer processo de consulta pública.

Limitamo-nos neste momento, a fazer algumas recomendações:

1-que o bom relacionamento, manifestado entre estas quatro entidades, promotoras do projecto, se concretize, em obra devidamente programada e coerentemente concretizada;

1- que o projecto consiga, aliar a reabilitação urbana, à actividade económica, e à produção e proibição culturais e ainda à participação cívica.

2- Que para além do trabalho técnico, e de decisão política, os promotores incentivem a mobilização da população informando e promovendo debates públicos regulares, sobre o andamento do processo.

3- Que em suma este projecto integre uma componente pedagógica forte, dirigida a vários públicos, escolares, comunidades académicas e população em geral.

Estamos convencidos que o êxito deste trabalho depende, em grande medida, da dinamização dos agentes económicos culturais da Cidade, e do envolvimento crítico dos cidadãos."

#### **Intervenção do deputado municipal Pignatelli Queiroz (Por Coimbra):**

O deputado municipal Pignatelli Queiroz recordou que na sessão da Assembleia Municipal de 27 de Outubro de 1987, foi recomendado ao Executivo Municipal que a Área Monumental da Cidade fosse classificada como Património Mundial da UNESCO.

Inclusivamente na última Assembleia tinha sido aprovada uma proposta de recomendação ao Executivo, no sentido de integrar na referida área, o Mosteiro de Celas e o Executivo deliberou, por unanimidade, e em minuta, incluir o citado Mosteiro na proposta de classificação da Área Monumental da Cidade de Coimbra.

Iniciativa devidamente aprovada e cuja paternidade caberia aos órgãos municipais e que pura e simplesmente desapareceu, surgindo agora uma outra da Universidade em que apenas a Alta e a Baixa são considerados centros históricos, situação que, ao longo dos anos, o deputado não deixou esquecer.

#### **Intervenção do deputado municipal Maló de Abreu (Por Coimbra):**

"Nós pretendemos antes de mais, saudar a parte técnica, naturalmente sobretudo porque o trabalho está bem feito, parece-nos a nós, por terem feito exposições com cinzas, não nos tratando como pessoas ignorantes no assunto, e esclarecendo também concisamente acrescentando informações.

Quero felicitar a senhora vice-reitora, da Universidade de Coimbra, e felicitar os intervenientes, todos neste processo. Porque Coimbra precisa, do nosso ponto de vista, que nos entendamos todos, sobre este e muitos outros assuntos naturalmente.

Coimbra, precisa que possamos todos trabalhar em conjunto por ela. Mesmo que naturalmente haja divergências entre nós, são sempre de salutar, mas há um conjunto de questões que nos unem e que nos devem unir.

Muitas vezes e até durante muito tempo, a Cidade, ou se quiserem, a Câmara Municipal, a Universidade, estiveram de costas voltadas, e o que é preciso sobretudo nestes momentos, é que, as várias entidades e as pessoas, e os que amam a sua Universidade e a sua Cidade, se entendam e parece que este é um bom momento para referir e sublinhar a traço cheio este encontro de vontades, para que, nós possamos aprovar hoje aqui, o projecto de regulamento municipal de edificação e recuperação e reconversão urbanística, da área. Ainda bem num País de siglas e não o chamaram RMERRUA.

Portanto, a nossa intervenção é no sentido nós estamos de acordo, com tudo o que foi dito pelos outros grupos parlamentares.

Estamos naturalmente de acordo que o pormenor da madeira pintada seja rectificado, e estamos sobretudo a pedir, porque Coimbra a pedir que estejamos todos de acordo nesta questão. Porque Coimbra para além de precisar, naturalmente exige, nesta questão exige, a nossa presença.

Permita-me senhor Presidente da Assembleia, que me recorde nas palavras de Miguel Torga aquilo que nós esperamos que aconteça, a esta candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da UNESCO. Porque há tantos anos que se fala nisto, apesar de não ser como se sabe, um grande amante da sua Universidade. É de que a esperança nunca desespera."

Posto à votação o **Regulamento Municipal de Edificação, Recuperação e Reconversão Urbanística da Área afecta à candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial da UNESCO**, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

Este documento dada a sua extensão fica apenso à presente ata fazendo parte integrante da mesma.

E sendo 19h15minutos o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão, a qual se lavrou a presente acta que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação.